

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 07 de janeiro de 2025 às 08h08
Seleção de Notícias

Agência Câmara | BR

Propriedade Intelectual

Lei cria empresa pública para desenvolvimento de projetos aeroespaciais - Notícias	3
<small>NOTÍCIAS FAVOR</small>	

Band.com.br | BR

Marco regulatório | INPI

Batata-doce de Presidente Prudente tem selo de Indicação Geográfica	5
---	---

Lei cria empresa pública para desenvolvimento de projetos aeroespaciais - Notícias

NOTÍCIAS



Objetivo da empresa é permitir que o Brasil participe de maneira mais ativa no mercado internacional de satélites e lançamentos espaciais

Ciência, tecnologia e Comunicações

Lei cria empresa pública para desenvolvimento de projetos aeroespaciais

Objetivo da empresa é permitir que o Brasil participe de maneira mais ativa no mercado internacional de satélites e lançamentos espaciais

0

Comentários

06/01/2025 - 13:19

Warley de Andrade/TV Brasil

Empresa vai atuar, por exemplo, em lançamentos na Base de Alcântara (MA)

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei 15.083/25, que cria a Alada, uma estatal voltada para projetos aeroespaciais. A lei, publicada na sexta-feira (3) no Diário Oficial da União (DOU), autoriza a exploração econômica da in-

fraestrutura aeroespacial.

A Alada é subsidiária da NAV Brasil, estatal vinculada ao Ministério da Defesa, criada em 2020 para administrar serviços de navegação aérea que antes eram responsabilidade da Infraero. Com foco em pesquisa, desenvolvimento e comercialização de tecnologias aeroespaciais, o objetivo da Alada é fortalecer a atuação do Brasil no setor, permitindo que o país participe de maneira mais ativa no mercado internacional de satélites e lançamentos espaciais.

Alada

A subsidiária poderá desempenhar várias funções estratégicas. Entre elas estão:

desenvolvimento e comercialização de tecnologias para navegação aérea e espacial;

pesquisa e certificação de equipamentos aeroespaciais;

proteção e gestão da **propriedade** intelectual de inovações na área;

apoio ao Comando da Aeronáutica em projetos para melhorar o controle do espaço aéreo; e

gestão e operação de redes de satélites.

Além disso, a nova empresa poderá ser contratada para executar projetos estratégicos do Comando da Aeronáutica, utilizando recursos do Fundo Aeronáutico.

Estrutura

Nos primeiros quatro anos de operação, a subsidiária

Continuação: Lei cria empresa pública para desenvolvimento de projetos aeroespaciais - Notícias

poderá contratar técnicos e funcionários administrativos de forma temporária para garantir seu funcionamento inicial. Essas contratações serão consideradas de interesse público e seguirão as regras definidas pelo Conselho de Administração da NAV Brasil.

A lei também permite que servidores públicos e militares sejam cedidos para trabalhar na nova empresa. Caso isso aconteça, a subsidiária terá que reembolsar os órgãos de origem pelos custos com esses profissionais.

Além disso, a subsidiária poderá oferecer planos de previdência complementar aos seus funcionários, por meio da adesão a uma entidade fechada de previdência já existente.

Outro ponto da lei é a possibilidade de a União assumir o controle direto da subsidiária. Isso poderá ocorrer por meio da transferência das ações da NAV Brasil para o governo federal, sem custos para a

União. Essa medida permitiria ao governo ter maior controle sobre os projetos da subsidiária e sua integração com políticas nacionais para o setor aeroespacial.

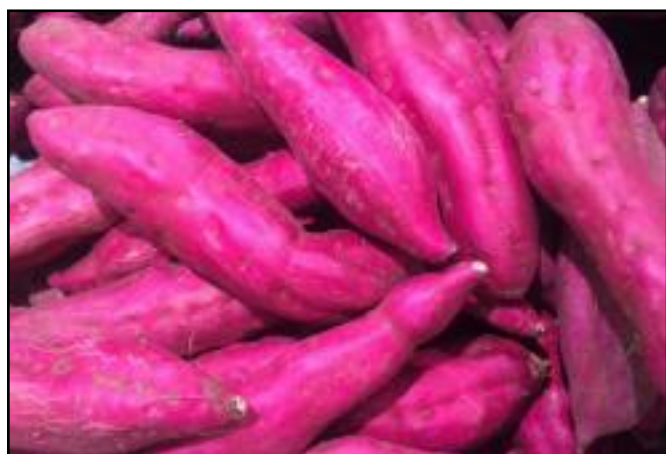
Origem da lei

A criação da Alada foi proposta pelo Poder Executivo (PL 3819/24). O texto foi aprovado pela Câmara dos Deputados, com parecer do deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE), e pelo Senado.

Para Augustinho Coutinho, a nova estatal, "ao preencher lacuna existente na indústria nacional, contribuirá para a geração de empregos e para o desenvolvimento de pesquisa e inovação em setores estratégicos".

Da Agência SenadoEdição - MB

Batata-doce de Presidente Prudente tem selo de Indicação Geográfica



A região de Prudente é a maior produtora do estado e abastece o mercado interno, Mercosul e Europa

A batata-doce produzida na região de Presidente Prudente, no interior de São Paulo, vai ganhar o selo de **Indicação Geográfica** (IG). A determinação foi publicada no Diário Oficial do Estado na última semana de dezembro.

De acordo com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, o selo foi concedido após a análise da documentação enviada pela Associação dos Produtores de Batata-Doce de Presidente Prudente, e todos os requisitos exigidos para o registro da IG foram atendidos. "Precisamos incentivar a vocação de cada região do estado e a **Indicação Geográfica** é o instrumento que certifica a origem do produto agropecuário", afirma o secretário de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, Guilherme Piai. "A região de Presidente Prudente, nosso maior polo produtor de batata-doce do estado, está conquistando esse reconhecimento por sua história com essa cultura agrícola fundamental para São Paulo e para o Brasil", complementou.

Com cerca de 182 mil toneladas de batata-doce em uma área com mais de 10 mil hectares, São Paulo é o maior produtor do alimento no país, segundo dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA-Apta). A re-

gião de Presidente Prudente é a principal produtora. São cerca de 180 produtores em cidades como Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Caiabu, Martinópolis, Narandiba, Pirapozinho, Presidente Bernardes e Santo Expedito, e a produção abastece todo o país, além de exportar para o Mercosul e Europa.

A **Indicação Geográfica** é um ativo de **propriedade intelectual** definido na Lei de Propriedade Industrial 9.279, de 14 de maio de 1996. O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**), responsável pela certificação oficial do selo, calcula que a concessão da IG aumenta o valor do produto, em média, entre 20% a 50%.

H2

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3, 5

Marco regulatório | INPI
5

Denominação de Origem
5